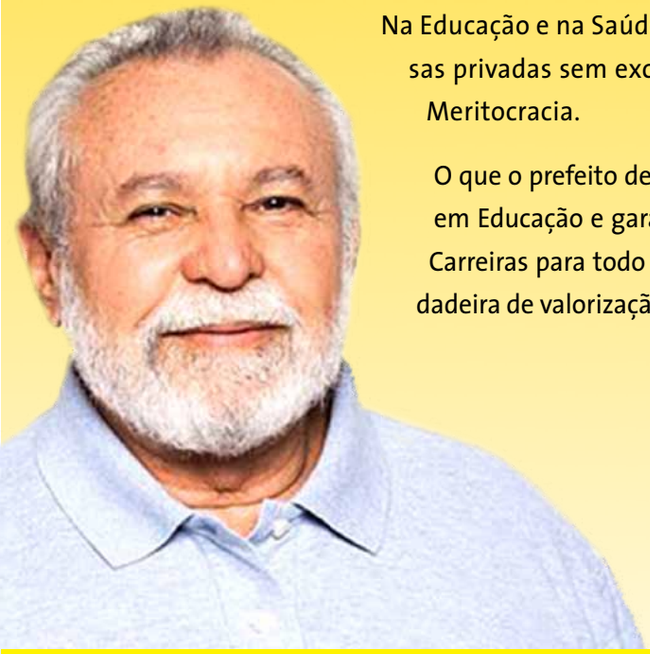
Foto: Jackson Anastácio

Pela valorização do Serviço Público e do servidor

A prestação de serviços é a função central da administração municipal. Tratar bem o povo da cidade é garantir ao servidor público condições de trabalho e de vida condizentes com o exercício do seu papel junto à população. Nosso mandato defende os servidores do Rio diante dos ataques que sofrem no governo Eduardo Paes.

Em agosto de 2009, denunciei o caráter privatista da gestão do atual prefeito, que transfere para a iniciativa privada responsabilidades da prefeitura, ao invés de aumentar os investimentos públicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

A prefeitura pagará, até o final desse mandato, R$ 150 milhões em campanhas publicitárias e eventos. Em 2011, o índice de aumento salarial, no entanto, foi 6,5%, quando estudos do DIEESE demonstraram que o reajuste poderia chegar a 20%, sem ferir a margem de segurança das contas da administração municipal.



Na Educação e na Saúde, projetos importantes estão nas mãos de Organizações Sociais e empresas privadas sem excelência na prestação destes serviços. A política educacional baseia-se na Meritocracia.

O que o prefeito deveria fazer, e não faz, é investir os 25% constitucionais do Tesouro Municipal em Educação e garantir a aplicação dos ganhos líquidos do FUNDEB; é implementar Planos de Carreiras para todo o funcionalismo, incluindo os aposentados. Precisamos de uma política verdadeira de valorização do servidor.

Eliomar
vereador do Rio

PSOL

www.eliomar.com.br

ACOMPANHE O ELIOMAR NAS REDES SOCIAIS
www.twitter.com/eliomarcoelho • www.facebook.com/eliomarcoelho

Um mandato de luta - Prestando contas

Nosso mandato criou a Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público e do Regime de Previdência

Uma das linhas de atuação da Frente Parlamentar foi a luta contra a proposta do prefeito que estabelecia mudanças no regime previdenciário do servidor. O Projeto de Lei Complementar nº 041/2011 implicava na perda da paridade e da integralidade de reajuste salarial para aposentados, além de uma redução de 30% nas pensões dos familiares. **Como Presidente da Frente**, **atuei** em conjunto com as diversas categorias do funcionalismo público. A mobilização dos servidores municipais obrigou o prefeito a recuar e retirar o projeto de pauta.

Porém, a farsa da capitalização do FUNPREVI (através da aprovação do PL 1005/2011, agora Lei 5.300/2011) está em curso e ameaça a saúde financeira do fundo de previdência dos servidores e o futuro das aposentadorias.

A verdadeira ameaça ao sistema previdenciário é a gestão irresponsável e autoritária que os sucessivos governos vêm exercendo na previdência. Em vez do cumprimento das leis e de uma administração com parceria e transparência, o que vemos são reiterados escândalos de desvio e desmandos com o patrimônio do servidor.

Apoio à luta contra a privatização da Saúde e defesa da gestão pública das unidades

Participamos do ato pelo Dia Mundial da Saúde, denunciando a tentativa de privatização, através da contratação de Organizações Sociais, dos hospitais Lourenço Jorge, Salgado Filho, Souza Aguiar, Miguel Couto, além dos PAMs de Del Castilho e Irajá.

OSs CONCURSO, SIM! NÃO

Recurso contra a contratação irregular de OSs para hospitais municipais do Rio

Entramos (ação conjunta) com representação junto ao Tribunal de Contas do Município, com base no artigo 88 da Lei Orgânica do Município, a fim de impedir a contratação de Organizações Sociais para atuar nos hospitais Souza Aguiar, Miguel Couto, Salgado Filho e Lourenço Jorge.

Durante a atual gestão municipal, a prefeitura lançou um edital de convocação pública no valor de 167,7 milhões para a gestão, através de Organizações Sociais – OSs –, de unidades hospitalares nessas instituições. De acordo com a lei que rege a atuação das Organizações Sociais no serviço público, esse modelo de gestão aplica-se somente a nova unidade a ser construída.

O prefeito deve aprender uma lição muito importante. A Educação merece respeito!

Pelo respeito ao professor e à autonomia pedagógica das escolas

Em defesa do princípio constitucional de autonomia pedagógica das escolas e do profissional de educação, nosso mandato elaborou o Projeto de Lei nº 298/2009 (em tramitação) que determina que a adoção de qualquer projeto vinculado às Organizações Sociais na rede municipal de ensino exigirá a aprovação do corpo docente da unidade escolar e deve estar em consonância com o projeto político pedagógico da escola.

Por uma educação especial na perspectiva da inclusão com qualidade

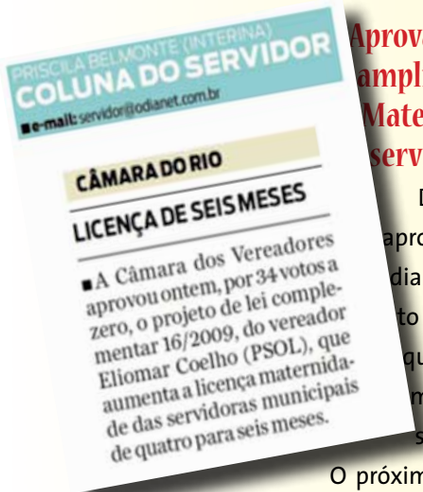
A fim de garantir qualidade e segurança nesse processo, o mandato elaborou o Projeto de Lei 912/2011, como forma de obrigar a prefeitura a garantir condições para inclusão – com qualidade, acessibilidade e segurança – de crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, entre outros, em turmas regulares do ensino fundamental.

Durante o ano de 2011, participamos de audiências públicas sobre Educação Especial e Inclusão, realizamos visitas a escolas da rede municipal e ao CEMA (Centro Municipal de Atendimento à Pessoa com Autismo) e nos reunimos com pais de crianças com deficiência e professores da rede pública. Constatamos que, entre os anos de 2009 e 2011, foram extintas cerca de 120 turmas especiais para alunos com deficiência. Nossa proposta dá aos pais opção de escolha por classes regulares ou especiais O projeto determina ainda condições para a escola se preparar para o atendimento e treinamento contínuo dos professores que atuam junto a esse grupo de alunos.

Elion vere

Entramos com representação junto ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Município contra a prefeitura, denunciando uso irregular da verba do FUNDEB

Através de acompanhamento da execução orçamentária da prefeitura, detectamos o pagamento, com verbas do Fundeb, de 67% do total investido na instalação dos validadores do sistema RioCard nas 1065 escolas do município. A despesa foi de R$ 33,56 milhões. O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica é destinado, exclusivamente, à despesa com salários (60%) e investimentos educacionais (40%). A prefeitura pagará R$ 50 milhões à empresa RioCard para implantação do controle eletrônico de frequência que substituirá a chamada de presença. Além das máquinas, a verba cobre a manutenção dos equipamentos. Para o mandato, o repasse caracteriza subsídio à gratuidade. O mais grave é que, no ano de 2010, a prefeitura concedeu isenção fiscal às empresas de ônibus, de R$ 33 milhões no recolhimento de Imposto sobre Serviços, como contrapartida para que as viações aceitassem aderir ao Bilhete Único.


PRISCILA BELMONTE (INTERINA)
COLUNA DO SERVIDOR
e-mail: servidor@odianet.com.br

CÂMARA DO RIO

LICENÇA DE SEIS MESES

A Câmara dos Vereadores aprovou ontem, por 34 votos a zero, o projeto de lei complementar 16/2009, do vereador Eliomar Coelho (PSOL), que aumenta a licença maternidade das servidoras municipais de quatro para seis meses.

Aprovamos Projeto de Lei que amplia a Licença Maternidade para as servidoras municipais

De autoria do nosso mandato, foi aprovado em segunda discussão, no dia 20 de março desse ano, o projeto de lei complementar 016/2009 que aumenta de quatro para seis meses a licença maternidade das servidoras do município.

O próximo passo é lutarmos para que o prefeito sancione o projeto aprovado, para que vire lei municipal.

Elaboramos Projeto de Lei que propõe a criação da Semana de Conscientização sobre Autismo e Síndrome de Down

A proposta estabelece, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, a instituição da Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down e o Transtorno do Espectro Autista, entre os dias 21 de março e 2 de abril. O objetivo é promover debates, palestras e troca de informações, e estimular a capacitação de profissionais de saúde e educação, garantindo a inclusão deste segmento em programas voltados à educação, ao lazer, à recreação, ao turismo e à cultura, contribuindo para melhorar a vida dessas crianças.

OUTRAS INICIATIVAS

Projeto de Lei nº 1036/2011

Institui normas mínimas de conduta ética para prefeito, vice-prefeito e secretários municipais.

A luta pelo Orçamento Participativo da cidade

É de autoria do mandato a Lei 3189 de 2001 que estabelece a participação da comunidade no processo de elaboração, definição e acompanhamento da execução do Orçamento Plurianual de Investimentos, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Infelizmente, mais uma proposta com objetivo de incentivar a participação da população nas discussões sobre a cidade que não é colocada em prática.

Lei nº 4666/07 (Projeto de Lei nº 300/05)

Institui o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino.

Lei nº 3275/01 (Projeto de Lei nº 2034/00)

Institui o Programa Anual de Saúde Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Projeto de Lei nº 821/2011

Tem o objetivo de acabar com o calor nas salas de aula. Determina que a temperatura nas salas deve ser mantida entre 20° e 23°. Isso obrigará a prefeitura a oferecer sistema de refrigeração nas salas de aula.

Guggenhein, não!

Em 2002, nosso mandato entrou com ação popular contra a construção do Museu Guggenheim, no Píer da Praça Mauá, e obteve liminar na Justiça suspendendo o contrato que apresentava inúmeras irregularidades jurídicas. As depesas com a obra, na época orçada em R$ 300 milhões, passariam ao controle de uma fundação privada, mas seriam integralmente pagas pela prefeitura, ou seja, com dinheiro dos cofres públicos.

EXPEDIENTE
Fotos Gabinete Eliomar **Textos** Claudia Rodrigues
Design Fernando Braga [21] 88937235 **Impressão** Enfoc

Entre a beleza e o caos

O Rio de Janeiro não é uma cidade maravilhosa, só cenário maravilhoso para uma cidade. Pena que permanece atual a afirmação da poeta Elisabeth Bishop, no século passado. O Rio continua lindo, mas chega de esconder por detrás de tanta beleza nossos graves problemas.

Qual o papel do poder público: balcão de negócios ou instrumento de garantia dos direitos da população? Nossa cidade, entre as mais belas do mundo, também se tornou das mais caras. Lugar bom para se investir; difícil para se viver. O Rio não tem povo, tem público, diria Lima Barreto. E custa caro demais viver na cidade-espetáculo. O carioca sente no bolso.

O poder público sucumbiu no Rio de Janeiro, quando teria o dever de salvar tanta beleza de demasiado caos. Há o Pão-de-Açúcar e a péssima saúde pública; o Corcovado e a crise nos transportes — no setor, até pedalinho afundou; Copacabana e um sistema educacional com péssimas condições de ensino.

Apesar da redução dos homicídios, o Rio enfrenta o avanço criminoso das milícias. Controlam territórios para onde a prefeitura leva a população removida das áreas de interesse da especulação imobiliária.

O PSOL se apresenta como alternativa a essa concepção de cidade. Se é boa para as Olimpíadas tem de ser boa para seus moradores. O crescimento urbano precisa estar a serviço da dignidade do povo. Essa é a luta dos parlamentares do PSOL. E o mandato Eliomar Coelho é de luta, exemplo de ética na política e vale à pena acompanhar. PSOL, pode confiar!

Marcelo Freixo, deputado estadual, PSOL

Um madato que dá pra bancar!

Quase ninguém dá valor ou tem orgulho dos seus representantes na cidade, os vereadores. Eu estou fora dessa maioria: confio nos meus eleitos e me sinto muito bem representado, como morador do Rio, pelos parlamentares do PSOL. Eles exercem seus mandatos com grandeza, dignidade e transparência. Recusam mordomias, prestam contas do que fazem, constantemente, e fiscalizam de fato o Executivo, sem oferecer silêncio covarde em troca de vantagens na Prefeitura. Não prometem mundos sem fundos nem são 'despachantes' a quebrar o galho de um ou outro, 'furando filas' em escolas ou hospitais. Não são do esquema do toma-lá-dá-cá! No Rio e no Brasil, eleições têm sido vencidas mais pelo tamanho do bolso do que das ideias e causas que os candidatos defendem. Eles quebram esse mau costume: têm visão de cidade, que querem como espaço democrático no qual as oportunidades para todos estão asseguradas. Com seus mandatos, nossos vereadores estimulam o que melhora a sociedade de verdade: a luta organizada da população por seus direitos, a cidadania participativa.

Eliomar é um deles – pé no chão, não bota banca e integra uma baita bancada, que vale a pena bancar.

Chico Alencar, professor e deputado federal, líder da Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

Eliomar
vereador do Rio
PSOL

Eliomar Coelho • www.eliomar.com.br • eliomar@eliomar.com.br
Câmara Municipal Praça Floriano s/ nº Gab. 504,
Rio de Janeiro 21 . 3814 2006